

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA HELENA BATISTA FALAVINE

GOVERNO ELETRÔNICO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA
ANÁLISE DOS PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE DO
ESTADO DO PARANÁ

MATINHOS

2019

MARIA HELENA BATISTA FALAVINE

GOVERNO ELETRÔNICO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA
ANÁLISE DOS PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE DO
ESTADO DO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Artigo apresentado ao curso de Bacharelado em Administração Pública, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes.

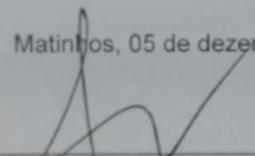
MATINHOS

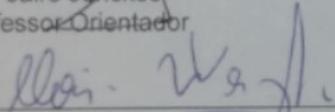
2019

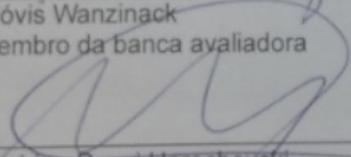
ATA FINAL DE DEFESA DE TCC DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

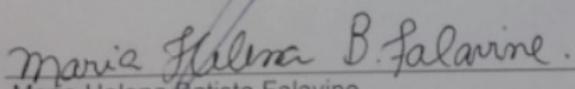
Aos cinco dias do mês de dezembro de 2019, na sala 13B do bloco didático da UFPR – Setor Litoral, reuniram-se em banca, sob a presidência do professor Dr. IVAN JAIRO JUNCKES, o professor Dr. CLÓVIS WANZINACK e o professor Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, para examinar o trabalho de autoria da acadêmica Maria Helena Batista Falavine. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, intitulado: *GOVERNO ELETRÔNICO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE DO ESTADO DO PARANÁ*, recebeu conceito APL, tendo sido Aprovado.

Matinhos, 05 de dezembro de 2019.


Ivan Jairo Junckes
Professor Orientador


Clóvis Wanzinack
Membro da banca avaliadora


Rodrigo Rossi Horochovski
Membro da banca avaliadora


Maria Helena Batista Falavine
Acadêmica

Dedico ao meu pai Manoel, que mesmo não estando presente fisicamente, acredito que está orgulhoso de sua filha e à minha mãe Cláudia, que me motivou a realizar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela bênção, calma e proteção.

Ao professor Ivan Jairo Junckes, pelo apoio, paciência, compreensão e dedicação.

As amigas e colegas Mariany, Mariana e Juliana, pela amizade que foi estabelecida durante a graduação, e incentivo para concretizar este trabalho.

Ao meu grupo de trabalho, formado juntamente com João Paulo e Gabriel, pelo companheirismo de todas as fases deste trabalho, enfrentando os limites juntos, mas com objetivo claro de que somos capazes.

Quando a falta de esperança
decidir lhe açoitar,
se tudo que for real
for difícil suportar...
É hora do recomeço.
Recomece a SONHAR.
(Bráulio Bessa, 2018)

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre desenvolvimento socioeconômico e populacional e a disponibilidade de serviços de governo eletrônico em todos os municípios do Estado do Paraná, com aprofundamento naqueles com população acima de cinquenta mil habitantes, considerados de médio-grande porte. A pesquisa utiliza análise documental e recursos de estatística descritiva para analisar a adesão de cada município às práticas de governo eletrônico e realiza testes de correlação com o objetivo de responder a questão da pesquisa: as práticas de governo eletrônico nos municípios de médio-grande porte do Estado do Paraná apresentam correlação com o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, com o valor adicionado bruto, com a receita orçamentária e com população estimada? O principal resultado aponta para o sentido de haver correlação positiva entre a adesão das práticas de governo eletrônico com todas as variáveis utilizadas, e que as práticas prestação de serviços de saúde, educação e obras ainda são pouco contempladas pelos portais, visto que apresentaram situação considerada péssima ou inexistente em comparação com as demais práticas que foram consideradas ótimas.

Palavras-chave: governo eletrônico, desenvolvimento socioeconômico, serviços públicos, municípios, Paraná.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship between socioeconomic and population development and the availability of e-government services in all municipalities of the state of Paraná, with deepening in those with a population of over fifty thousand, considered medium-large. The research uses documentary analysis and descriptive statistics resources to analyze the adherence of each municipality to the practices of electronic government and performs correlation tests in order to answer the research question: the practices of electronic government in medium-large municipalities of the state. State of Paraná correlate with the Firjan Municipal Development Index, gross value added, budget revenue and estimated population? The main result points to the sense that there is a positive correlation between the adherence of e-government practices with all the variables used, and that the practices providing health services, education and works are still little contemplated by the portals, since they presented a situation considered poor or nonexistent compared to other practices that were considered optimal.

Keyword: e-government, socioeconomic development, public services, municipalities, Paraná.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISPONIBILIDADE DE LEIS, CÓDIGOS E REGULAMENTO DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	32
GRÁFICO 2 - DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA E A FUNÇÕES DA PREFEITURA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	33
GRÁFICO 3 - DISPONIBILIDADE DE UM CANAL ESPECÍFICO PARA DENÚNCIAS (OUVIDORIA) DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	33
GRÁFICO 4 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMAÇÃO (PPA, LDO, LOA) E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RELATÓRIOS CONTÁBEIS) DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	34
GRÁFICO 5 - PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO COMPRAS ELETRONICAMENTE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE LICITAÇÕES DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	34
GRÁFICO 6 - PERMISSÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO DE IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E MULTAS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	35
GRÁFICO 7 - CONCESSÃO DE ALVARÁS, LICENÇAS E CERTIDÕES ELETRONICAMENTE, COMO: LICENÇA SANITÁRIA E CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS NOS SÍTIOS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	36
GRÁFICO 8 - PERMISSÃO DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	36
GRÁFICO 9 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO À EMPREGABILIDADE DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	37
GRÁFICO 10 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE ELETRONICAMENTE DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	37
GRÁFICO 11 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	38
GRÁFICO 12 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	38
GRÁFICO 13 - CORRELAÇÃO ENTRE SOMA E O IFDM DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	41
GRÁFICO 14 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O VAB DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	41
GRÁFICO 15 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	42

GRÁFICO 16 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E POPULAÇÃO ESTIMADA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.....	42
GRÁFICO 17 - DISPONIBILIDADE DE LEIS, CÓDIGOS E REGULAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	44
GRÁFICO 18 - DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA E A FUNÇÕES DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	45
GRÁFICO 19 - DISPONIBILIDADE DE UM CANAL ESPECÍFICO PARA DENÚNCIAS (OUVIDORIA) DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	46
GRÁFICO 20 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMAÇÃO (PPA, LDO, LOA) E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RELATÓRIOS CONTÁBEIS)DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	46
GRÁFICO 21 - PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO COMPRAS ELETRONICAMENTE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE LICITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	47
GRÁFICO 22 - PERMISSÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO DE IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E MULTAS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	48
GRÁFICO 23 - CONCESSÃO DE ALVARÁS, LICENÇAS E CERTIDÕES ELETRONICAMENTE, COMO: LICENÇA SANITÁRIA E CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	48
GRÁFICO 24 - PERMISSÃO DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	49
GRÁFICO 25 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO À EMPREGABILIDADE PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	50
GRÁFICO 26 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE ELETRONICAMENTE NOS PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	50
GRÁFICO 27 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ELETRONICAMENTE DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	51
GRÁFICO 28 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE	52
GRÁFICO 29 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O IFDM DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	54
GRÁFICO 30 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O VAB DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	55
GRÁFICO 31 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.	56

GRÁFICO 32 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E POPULAÇÃO ESTIMADA DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.	57
---	----

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA SOMA, VAB, RECEITA E POPULAÇÃO ESTIMADA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.	31
TABELA 2 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA.	43

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1- PRINT DE TELA DA PLANILHA UTILIZADA PARA REGISTRO DE NOTAS E GERAÇÃO DOS ÍNDICES DE PESQUISA.....	27
FIGURA 2 – PORTAL DE CURITIBA	28
FIGURA 3 - PORTAL DE PONTA GROSSA.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS DE GOVERNO ELETRÔNICO	26
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTO, PROBLEMA E PERGUNTA DE PARTIDA	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
2 GOVERNO ELETRÔNICO	20
3 MATERIAIS E MÉTODOS	25
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ	31
4.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ DE MÉDIO-GRANDE PORTE.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE 1	63
PONTUAÇÃO DE CADA PRÁTICA DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE DO ESTADO DO PARANÁ	63
ANEXO 1	65
MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE E RESPECTIVAS POPULAÇÕES	65
ANEXO 2	66
DADOS COLETADOS SOBRE O IFDM, VAB, RECEITA ORÇAMENTÁRIA E POPULAÇÃO ESTIMADA NOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-PORTE DO ESTADO DO PARANÁ	66

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO, PROBLEMA E PERGUNTA DE PARTIDA

A administração pública incorpora progressivamente muitas ferramentas advindas das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), como por exemplo, a internet, para aprimorar o desempenho na prestação de serviços em consonância com princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Neste cenário, especificamente para o cumprimento do princípio da legalidade, publicidade e eficiência, o governo eletrônico surge como ferramenta que torna as publicações dos atos administrativos e informações de interesse social de forma eletrônica, eficiente e disponível 24 horas por dia durante 7 dias na semana pelos portais eletrônicos. A legalidade está no cumprimento da lei complementar 131, de 27 de Maio de 2009, conhecida como lei da transparência, que determinou que todos os entes da federação disponibilizassem, em tempo real, as informações sobre a execução orçamentária e financeira a quaisquer interessados, sendo de pessoa física ou jurídica, garantindo assim a função que o governo eletrônico tende em ser um instrumento de transparência (BRAGA et al., 2008; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006; RUEDIGER, 2002).

A necessidade e a relevância de estudos sobre o governo eletrônico motivou esta pesquisa e, dessa forma, foi definido o seguinte problema para orientar as buscas: as práticas de governo eletrônico nos municípios de médio-grande porte do Estado do Paraná estão relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico da região? Em função da necessidade de métricas específicas para dimensionar o desenvolvimento econômico a pergunta de partida ficou assim definida: as práticas de governo eletrônico nos municípios de médio-grande porte do Estado do Paraná apresentam correlação o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), valor adicionado bruto (VAB), receita orçamentária e população estimada?

1.2 OBJETIVOS

Em função da pergunta de partida, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as práticas de governo eletrônico e verificar sua correlação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o valor adicionado bruto (VAB), com a receita orçamentária, e com a população estimada.

Os objetivos específicos são:

- Identificar as práticas de governo.
- Analisar a adesão às práticas de governo eletrônico.
- Realizar teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico com o IFDM, VAB, receita orçamentária e população estimada.
- Adicionalmente, decidimos também comparar o resultado apresentado pelos municípios de médio-grande porte com o total dos municípios paranaenses.

1.3 JUSTIFICATIVA

Justificam-se estudos dessas novas formas de prestação de serviço por torna-se um fator decisivo na capacitação de profissionais aptos a gestão pública, tanto por sua relevância social, pois a legitimidade da administração pública depende diretamente das condições na prestação dos serviços aos cidadãos e cidadãs, quanto por sua relevância acadêmica, pois analisar sistematicamente a relação entre governo eletrônico e desenvolvimento contribui para a sustentação dos centros de formação e pesquisa em gestão pública.

Além disto, para responder a pergunta e alcançar os objetivos, foram utilizados dados secundários sobre VAB e receita orçamentária, coletados junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2017), referente ao ano de 2016 e 2017 respectivamente, dados secundários das informações sobre o número de população estimada, coletados junto ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), referente ao ano de 2018. Utilizou-se também o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e uma métrica específica elaborada por Mello (2009) para identificar as práticas de governo eletrônico dividida em cinco grupos: conteúdo, serviços, participação cidadã, privacidade e segurança e usabilidade e acessibilidade.

O método que orienta este trabalho é exploração estatística, os procedimentos adotados foram: revisão teórico-bibliográfico, elaboração de uma matriz de busca e critérios de classificação de avaliação, visita aos portais eletrônicos, apuração dos resultados utilizando estatística descritiva e inferencial e análise de resultados.

Esta pesquisa foi realizada em conjunto com dois outros pesquisadores que concentraram suas análises em municípios de “pequeno-pequeno” e “pequeno-médio” porte, respectivamente. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), o Estado Paraná contém 399 municípios, porém o número total de municípios analisados foram 398 porque o Município de Entre Rios do Oeste não apresentava a nota IFDM.

Os 398 municípios do Paraná foram estratificados por porte populacional, sendo as linhas de corte de até cinco mil habitantes (pequeno-pequeno porte), de cinco mil e um a cinquenta mil habitantes (pequeno-médio porte), e acima de cinquenta mil habitantes (médio-grande porte), seguindo o parâmetro estabelecido pelo IBGE (IBGE, 2011). Cada pesquisador analisa um estrato em comparação com o conjunto de dados do total de 398 municípios.

Esta pesquisa analisa os resultados dos municípios de médio-grande porte, que mostraram que das 12 práticas de governo eletrônico adaptadas, 9 apresentaram situação considerada ótima, em contraponto a 3 que apresentaram situação considerada péssima ou inexistente. Em relação ao teste de hipótese de correlação, a soma das práticas de governo apresentou correlação mais forte com a variável econômica (vab) de 0,532, em seguida a receita com 0,441, população com 0,431 e índice de desenvolvimento socioeconômico IFDM com 0,380.

O texto que se segue está estruturado em cinco seções, considerando esta introdução que apresenta os aspectos gerais da pesquisa, a segunda seção aborda os conceitos gerais sobre governo eletrônico, a terceira seção relata o material e métodos utilizados para desenvolver esta pesquisa e a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 GOVERNO ELETRÔNICO

Na literatura, o governo eletrônico é visto como um instrumento de eficiência, transparência e desenvolvimento, de acordo com Ruediger o governo eletrônico “poderia ainda ser potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento” (RUEDIGER, 2002, p.30).

Segundo Braga et al. (2008) o surgimento deste fenômeno está atrelado às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como por exemplo a internet. O governo eletrônico surgiu com o advento da internet e das inovações tecnológicas, que permitiram às organizações de migrarem seus serviços para plataforma web. Em relação aos fatores que levaram as organizações para migrar seus serviços para plataforma web, se destacam a possibilidade de ampliar a arrecadação e melhoramento nos processos internos, e a uma forma de resolver as pressões da sociedade para que o governo gerencie melhor seus gastos e atue com transparência, qualidade e de modo universal na oferta de serviços aos cidadãos e organizações em geral (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006).

Em relação a TIC, Sanchez (2003) destaca que esta revolução transformou a administração pública, que passou a utilizar sistemas informacionais em rede para simplificar as práticas internas aos governos, como monitorar as transações dentro da administração e apoiar as tarefas de controle, de arrecadação tributária e de planejamento. Neste sentido, “o uso estratégico das TICs como elemento viabilizador de um novo modelo de gestão pública evoluiu para o que é hoje chamado de governo eletrônico”. (DINIZ et al., 2009, p.27).

No que tange aos benefícios, Braga et al. (2008) destacam a interatividade, eficiência, maior acesso aos serviços públicos, aumento da participação popular, fomento à transparência, incentivo ao controle social, fortalecimento da governança, redução de custos, promoção da cooperação

interorganizacional do Estado, organização das informações dos órgãos do governo e segurança da informação.

Sob a ótica de que as iniciativas do governo eletrônico são vistas como propulsoras da governança do setor público, Braga et al. (2008) destacam que essas inovações na esfera federal foram as seguintes: certificação digital; portal da transparência; votação eletrônica; pregões eletrônicos e portal da previdência social.

Mello (2009) comenta que o governo eletrônico, integrante da governança eletrônica, pode fornecer informações públicas, prestar serviços à sociedade e ao próprio governo, melhorar os processos internos, integrar as interações e permitir que a sociedade interaja e receba serviços on-line.

Como limite ao instrumento de governo eletrônico, Marçal e Freitas (2014) comentam que é importante que as pessoas utilizem o acesso a informação para exercer a sua intervenção política e se os governos não ampliarem a oportunidade de participação das pessoas, poderão ser ilegítimos ao não ampliarem oportunidade no processo.

A Lei Complementar 131, de 27 de Maio de 2009, conhecida como lei da transparência, determinou a disponibilização em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira de todos os entes da federação, e que qualquer pessoa física ou jurídica pode ter acesso a informações sobre a receita e a despesa.

O art.48 desta lei determina que a transparência será assegurada mediante ao incentivo popular e realização de audiências durante a programação orçamentária, do conhecimento da sociedade sobre as informações orçamentárias e financeiras, prestadas em meios eletrônicos de acesso ao público e também adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle.

Marçal e Freitas (2014) realizaram um estudo para identificar se o governo eletrônico pode ser um instrumento de promoção do desenvolvimento do Estado, e concluíram que a informação é um pressuposto para a

democracia, identificando atuações positivas do Estado para fomentar os indivíduos à informação. Uma das atuações positivas citadas pelos autores é a implementação do governo eletrônico compreendido como um meio para que a sociedade realize o desenvolvimento através da expansão das liberdades dos indivíduos. Sanchez (2003) conclui que:

Não basta instalar computadores para que haja Governo Eletrônico. O Governo Eletrônico deve ser concebido em termos amplos, ou seja, como forma de introduzir mudanças organizacionais na estrutura das administrações públicas e no comportamento dos governantes. Ademais, o Governo Eletrônico deve fazer com que o Estado funcione com mais eficiência, mas, principalmente, deve colaborar para diminuir a distância que separa Estado e cidadãos. (SANCHEZ, 2003, p.25).

Em suas pesquisas Medeiros e Guimarães (2006) apresentam várias conclusões, umas das principais é que o e-gov (governo eletrônico) é um meio que fortalecer a governança, mas para que isso ocorra é preciso que a política seja capaz de auxiliar o desenvolvimento socioeconômico.

Braga et al. (2008) buscaram catalogar e descrever algumas ações do governo federal do Brasil no fortalecimento da governança no setor público. O autor concluiu que a certificação digital é um método fundamental para garantia da segurança das informações públicas; que o Portal da Transparência, que é um importante canal de acesso do cidadão acerca de gastos dos governos, contribuiu para disponibilidade de informações, aumento da transparência e responsabilização, favorecendo um controle; e que o pregão eletrônico tem efeito positivo de eficiência e proporciona um maior número de empresas concorrentes no certame. Mas que apesar desses avanços no setor público, há muito o que se fazer em direção à inclusão social no Brasil, pois a oferta eletrônica de serviços e informações aos cidadãos tem sua eficácia condicionada à efetividade das políticas públicas de infoinclusão.

Dentre as carências verificadas na área podemos citar a análise entre a difusão das experiências de e-gov no Brasil e a sua relação com o desenvolvimento socioeconômico. Perturbador é pensar as práticas de mediação de serviços virtualizados aplicadas por governos sem que isto contribua para a redução das desigualdades sociais e para a melhoria das condições de vida da população. Verificamos que estudos sobre a correlação

entre as práticas governo eletrônico e desenvolvimento socioeconômico são recentes no Brasil. Autores como Mello (2009), Moura et al. (2011), Beuren, Moura e Kloeppel (2013) realizaram estudos comprobatórios desta relação.

Em sua tese, Mello (2009) buscou identificar quais práticas representavam a governança eletrônica dos estados brasileiros e no Distrito Federal, qual era seu nível de implantação e sua relação com desenvolvimento econômico social. Através de uma ampla estrutura teórica, o autor elaborou uma métrica dividida em cinco grupos (conteúdo, serviços, participação cidadã, privacidade e segurança e usabilidade e acessibilidade) que formavam um total de 66 práticas. Cada prática foi observada nos portais de todas as unidades da Federação, assim foi possível realizar a correlação entre o e-gov e a variável social representada pelo IDH e a variável econômica representada pelo PIB. Os resultados desta correlação foram positivos, confirmando que as unidades mais desenvolvidas são aquelas com maior número de práticas implantadas.

Utilizando a métrica elaborada por Mello (2009), Moura et al. (2011) realizaram um estudo cujo objetivo era analisar as práticas de governança eletrônica nos municípios do Estado de Santa Catarina, utilizando amostra de municípios com mais de vinte mil habitantes, e verificar a correlação com as variáveis PIB, IDH, e Tamanho. Os resultados foram positivos, confirmando que os municípios com mais de vinte mil habitantes apresentaram correlação significativa entre as práticas de governo com o PIB, IDH e tamanho.

Outro estudo realizado como base a métrica elaborado por Mello (2009) foi produzido por Beuren, Moura e Kloeppel (2013), que tiveram como objetivo analisar as práticas de governança eletrônica dos estados brasileiros e sua correlação com a eficiência na utilização das receitas. Os resultados foram positivos, confirmando que a eficiência da receitas municipais estão correlacionados com os práticas de governo.

A metodologia utilizada por Mello (2009), replicada por Moura et al. (2011) e Moura e Kloeppel (2003), serviram para selecionar as práticas de governo eletrônico analisadas neste estudo.

Além das potencialidades que o governo eletrônico apresenta para fornecer serviços públicos eletronicamente, sendo um meio de fortalecer a democracia promovendo o acesso a informação de forma mais ágil e eficiente, ele também pode ser capaz de promover o desenvolvimento econômico da região:

O governo eletrônico poderia ser considerado- e constituído- dentro desta perspectiva mais ampla, para a promoção de acessibilidade às informações fundamentais, para articulação de apoio, a capacidade de um miríade de grupos de pressão, o incremento capacidade cívica e capital social, além da promoção do desenvolvimento econômico e de relações mais democráticas e transparentes entre o governo e sociedade civil (RUEDIGER, 2002, p.31).

Nesta seção foi buscado estabelecer as definições de governo eletrônico, os benefícios e os limites, as conclusões que os autores tiveram e os conceitos e métodos que auxiliaram a realização desta pesquisa. Na próxima seção será abordado o material, que permitirá compreender como foi realizado e quais os procedimentos tomados para consecução dos objetivos estabelecidos por esta pesquisa.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo se caracteriza como pesquisa descritiva através da qual se busca obter maior compreensão do problema. Ao descrever sobre este tipo de pesquisa, Gil (2002, p.42) diz que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Além disto, a pesquisa se constitui de uma abordagem quantitativa, Zanella (2012, p.125) diz que “a abordagem quantitativa utiliza o conhecimento estatístico para duas finalidades: descrever e testar hipóteses. Na descrição você pode utilizar a estatística descritiva e para testar hipóteses a estatística inferencial”.

O “N” da pesquisa é inicialmente 398, representando todos os municípios do Paraná, dos quais realizamos levantamento e coleta de dados. Para fins de recorte para análise comparativa um segundo grupo foi composto por 36 Municípios do Estado do Paraná classificados com de médio-grande porte. A listagem dos Municípios de médio-grande porte e respectivas populações estão dispostos no anexo 1.

Os aspectos metodológicos adotados pela pesquisa são divididos em 3 etapas: identificação das práticas de governo eletrônico; coleta dos dados; e análise de correlação entre as práticas de governo eletrônico e os índice Firjan de desenvolvimento Municipal (IFDM), variável econômica (VAB) receita orçamentária e população estimada.

A primeira etapa ocorreu com a revisão teórica sobre o tema governo eletrônico e seu relacionamento com o desenvolvimento socioeconômico. Nesta etapa, Mello (2009) se destaca porque vários outros trabalhos que replicaram ou adaptaram sua métrica tiveram resultados positivos.

A partir da métrica de Mello (2009), este estudo adaptou 12 variáveis que representam as práticas de governo eletrônico selecionadas, cuja descrição está apresentado pelo Quadro 1.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS DE GOVERNO ELETRÔNICO

	PRÁTICAS DE GOVERNO ELETRÔNICO SELECIONADAS
1-	Disponibilidade de leis, os códigos e regulamentos do Município.
2-	Disponibilidade de estrutura e as funções da prefeitura.
3-	Disponibilidade de um canal específico para denúncias (ouvidoria).
4-	Disponibilidade de informações sobre a programação (PPA,LDO,LOA) e execução orçamentária (relatórios contábeis).
5-	Publicação de editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados de licitações.
6-	Permissão de 'pagamento' eletrônico de impostos (IPTU), taxas, contribuições de melhorias e multas.
7-	Concessão alvarás, licenças e certidões eletrônicas, como: licença sanitária, certidão negativa de tributos.
8-	Permissão de emissão de nota fiscal eletrônica, pagamento eletrônico de ISS.
9-	Disponibilidade de serviços de apoio à empregabilidade, como: sala do Empreendedor e agência do trabalhador.
10-	Disponibilidade de serviços de saúde eletronicamente, como: marcação de consultas e exames médicos.
11-	Disponibiliza de serviços de educação eletronicamente, como: matrículas escolares e acompanhamento eletrônico do histórico escolar.
12-	Disponibilidade de serviços de obras públicas, como: solicitações e acompanhamento de serviços em ruas, praças.

Fonte: Adaptado de MELLO (2009).

Na segunda etapa, após as práticas de governo eletrônico terem sido identificadas e definidas, foi necessário estabelecer critérios para classificação e avaliação das práticas nos portais, para tal foi adotada uma escala de 1 a 4, atribuído uma nota 1 se fosse considerado péssimo ou inexistente; 2 se fosse considerado ruim ou precário; 3 se fosse considerado razoável ou bom e 4 para ótimo. Esta escala de pontuação corroborou para a variável “soma” que representa a pontuação obtida nas 12 práticas.

Considerando o critério estabelecido para coleta de dados na avaliação, o passo seguinte foi visitar os portais eletrônicos dos municípios para verificar e medir as práticas selecionadas, que ocorreu durante o período de 01 de Junho a 10 de Agosto de 2019. A figura 1 apresenta o print de tela da planilha utilizada para registro de notas e geração dos índices de pesquisa, a pontuação de cada prática em todos os municípios de médio-grande porte estão no apêndice 1.

FIGURA 1- PRINT DE TELA DA PLANILHA UTILIZADA PARA REGISTRO DE NOTAS E GERAÇÃO DOS ÍNDICES DE PESQUISA.

ID MUN	NOME MUN	1. Disponibiliza as os códigos e regul	2. Disponi e as fund	3. Disponibil para denún	4. Disponibiliz, PPA, LDO e execução d	5. Publica e divulga	6. Permi taxas, d	7. Concede e certidã (alvarás)	8. Per (pag do Trabalh	9. Disponibiliz EMPREGABI (Sala do F etc)	10. Disponibil (marcação	11. Disponibil (matricul acompan	12. Disponibiliza s eletronicamente s acompanhame
4	Almirante Tamandaré	4	3	4	4	4	4	4	4	4	1	2	1
18	Apucarana	3	3	4	4	4	3	3	4	4	1	1	1
19	Arapongas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	1	1	4
23	Araucária	4	4	4	4	4	4	4	4	1	3	2	2
53	Cambé	1	4	4	1	4	4	4	4	4	1	1	1
60	Campo Largo	3	4	4	4	3	3	4	4	1	1	1	3
62	Campo Mourão	4	4	4	4	4	4	4	4	1	3	3	2
70	Cascavel	4	4	4	4	3	4	4	4	3	2	2	1
71	Castro	4	4	4	4	4	4	4	4	1	3	2	1
77	Cianorte	4	4	3	4	4	4	4	4	4	1	1	2
80	Colombo	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	1	1
95	Curitiba	3	4	4	3	4	2	4	4	3	1	1	1
111	Fazenda Rio Grande	3	4	1	4	3	2	3	3	4	2	1	1
121	Foz do Iguaçu	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4	1	1
124	Francisco Beltrão	3	2	4	4	3	3	3	4	1	1	1	1
137	Guarapuava	4	4	4	4	4	4	4	4	2	1	1	1

FONTE: A autora (2019).

As figuras 2 e 3 apresentam exemplos de portais visitados.

FIGURA 2 – PORTAL DE CURITIBA



FONTE: Portal de Curitiba (2019)

FIGURA 3 - PORTAL DE PONTA GROSSA



FONTE: Portal de Ponta Grossa (2019)

Nesta fase foram coletados também os dados que compõem os indicadores referentes a cada variável, que servem de base para as correlações. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Valor Adicionado Bruto (VAB), Receita Orçamentária e População Estimada configuram-se em um conjunto de dados secundários escolhidos para este estudo, cujas características primordiais se encontram sumarizadas no Quadro 2. Cabe destacar que o IFDM foi criado em 2008 e inspirado no IDH, que também avalia emprego e renda, educação e saúde, cuja diferenciação entre ambos é que o IFDM busca realizar uma análise mais profunda de acordo, por exemplo, com o número de carteira de trabalho assinada, crianças nas creches e escolas, professores com ensino superior, consultas pré-natais em todos os municípios brasileiros anualmente, utilizando dados oficiais e obrigatórios que cada município declara ao Ministério do Trabalho, Saúde e Educação. A leitura do IDFM varia de 0 a 1, quanto maior a nota do município, maior é o seu desenvolvimento, estabelecendo da seguinte maneira: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento.

QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DAS VARIÁVEIS DE PESQUISA

Variável	Descrição da Variável	Fonte	Ano
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	É um estudo que acompanha o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: renda e trabalho, educação e saúde. Realizado com base em estatística pública disponibilizado pelo Ministério do Trabalho, Saúde e Educação.	SISTEMA FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. IFDM.	2018
Valor Adicionado Bruto (VAB)	São saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados. Abrange as seguintes atividades: agropecuária, indústria, serviços, e administração pública. É um Índice Econômico.	IPARDES	2016
Receita Orçamentária	Compreende o total de receitas recolhidas aos cofres públicos por força de arrecadação, recolhimento e recebimento. Englobam as receitas correntes e as receitas de capital, menos as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.	IPARDES	2017
População Estimada	Baseia-se na relação da tendência de crescimento populacional do município, observada entre dois censos demográficos consecutivos, com a tendência de crescimento de uma área geográfica maior, as Unidades da Federação. Tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada ao final das estimativas das áreas menores a reprodução da estimativa.	IBGE	2018

Fonte: Adaptado de Moura et al. (2011).

Nota-se no quadro 2 que a variável Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) refere-se ao ano de publicação 2018, tendo com base o ano de 2016, a variável valor adicionado bruto (VAB) refere-se ao ano de 2016, a variável receita orçamentária refere-se ao ano de 2017 e a população estimada ao ano de 2018. Justifica-se a escolha como fonte de dados secundários destas variáveis por apresentarem as informações de todos os municípios do

Estado do Paraná, possuem acesso fácil e público. Os dados coletados sobre cada uma destas variáveis estão detalhados no anexo 2.

E na terceira e última fase, foi utilizado como instrumento de apuração dos resultados o *software* estatístico *Jamovi 1.0.5.0*, onde foi possível realizar a estatística descritiva e inferencial para análise dos resultados.

A partir de um parâmetro estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011) para estratificação dos municípios com base em portes populacionais, as classes para análise utilizadas nesta pesquisa ficaram definidas da seguinte forma: municípios com até cinco mil habitantes são classificados como de pequeno-pequeno porte, de cinco mil e um a cinquenta mil habitantes são classificados como pequeno-médio porte e municípios acima de cinquenta mil habitantes são classificados como médio-grande porte. Foi escolhido estes parâmetros em função da investigação ter sido realizada em um grupo de pesquisa onde cada membro do grupo se dedicou a um estrato de município. A seguir serão apresentados os dados referentes a todos os municípios do Paraná (N=398) para, em seguida, serem apresentados os dados referentes aos municípios de médio-grande porte (N=36), assim como as respectivas análises comparativas entre ambos os grupos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ

A apresentação e discussão dos resultados contemplam, primeiramente, a análise dos resultados do total de municípios paranaenses, N=398. A tabela 1 apresenta a estatística descritiva de cada variável utilizada nesta pesquisa.

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA SOMA, VAB, RECEITA E POPULAÇÃO ESTIMADA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES.

Descriptives					
	Soma	IFDM	VAB	Receita Orçamentária	População Estimada
N	398	398	398	398	398
Missing	0	0	0	0	0
Mean	28.5	0.732	881849	9.24e+7	28468
Median	28.0	0.730	229982	3.01e+7	9679
Minimum	12	0.561	34931	1.21e+7	1343
Maximum	48	0.881	67876416	8.32e+9	1917185

FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

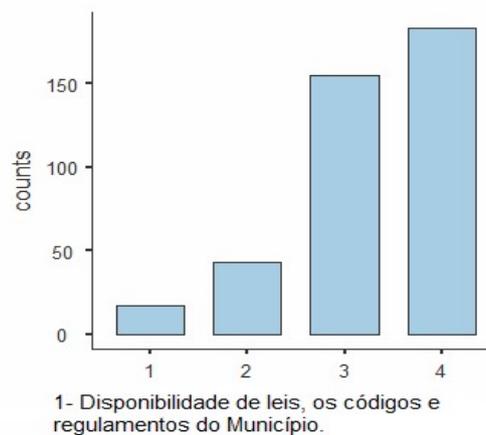
Na tabela 1 observa-se que o número total de registros para cada variável foi de 398, sendo 0 perdidos. Na soma total das práticas de governo eletrônico, o máximo da adesão das práticas foi de 48 e o mínimo de 12, com uma média de 28.0.

Quanto ao IFDM, em 2018, o mínimo dos municípios paranaenses correspondia a 0,561, considerado uma categoria de situação regular de desenvolvimento, e o máximo foi de 0,881, considerado uma categoria de alto desenvolvimento, segundo a leitura do IFDM (2018). No VAB (em R\$ 1,00), o mínimo foi de 34.931, máximo de 67.876.416, com uma média de 229.982. Em 2018, o município que apresentou maior população estimada registra 1.917.185 pessoas e o menor de 1.343 pessoas, sendo a média de população estimada de 9.679.

A receita orçamentária total (em 1,00), em números absolutos, resultou em exponencial, porém conseguimos apurar que o mínimo foi de 12.135.469, máximo de 8.320.476.054, sendo a média de 92.404.094,10.

O Gráfico 1 apresenta a disponibilidade de informações sobre leis, códigos e regulamentos nos sítios das prefeituras pesquisadas. Sendo considerado escala 1 para péssimo ou inexistente, 2 para ruim e precário, 3 para razoável ou bom e 4 para ótimo, conforme mencionado na seção 3. A análise da adesão às práticas de governo eletrônico será apresentada por histograma, em que o eixo horizontal representa a escala de 1 a 4 relativa à prática de governo eletrônico e o eixo vertical representa o número de portais visitados.

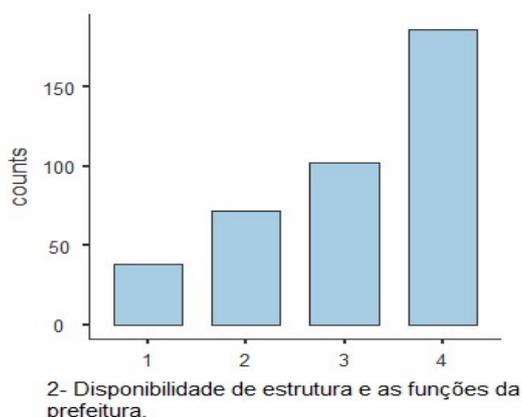
GRÁFICO 1 - DISPONIBILIDADE DE LEIS, CÓDIGOS E REGULAMENTO DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 1 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de informações sobre leis, códigos e regulamentos do Município apresenta predominância da escala 3 e 4, considerado razoável e ótimo, em mais de 300 portais analisados e menos de 20 portais apresentam escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente.

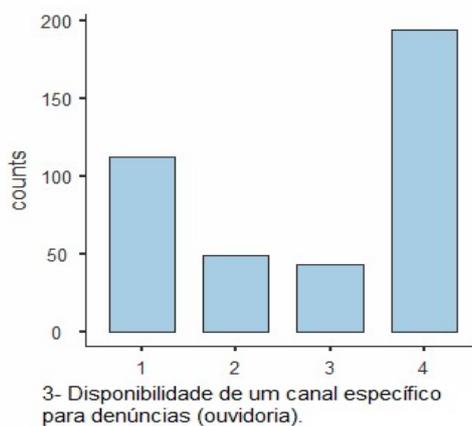
GRÁFICO 2 - DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA E A FUNÇÕES DA PREFEITURA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 2 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de informações sobre estrutura e as funções da Prefeitura apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em mais 150 portais observados e menos de 50 portais apresenta escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente.

GRÁFICO 3 - DISPONIBILIDADE DE UM CANAL ESPECÍFICO PARA DENÚNCIAS (OUVIDORIA) DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES

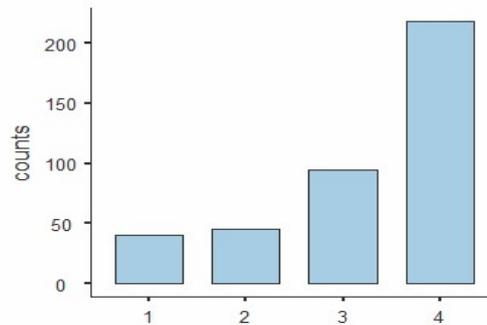


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 3 observa-se que a adesão da prática da disponibilidade de um canal específico para denúncias (ouvidoria), apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em 200 portais analisados, todavia mais de 100 portais apresentam escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente.

Estabelecendo-se uma polarização entre um conjunto de municípios que dispõem e outro que não dispõem do serviço.

GRÁFICO 4 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMAÇÃO (PPA, LDO, LOA) E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RELATÓRIOS CONTÁBEIS) DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES

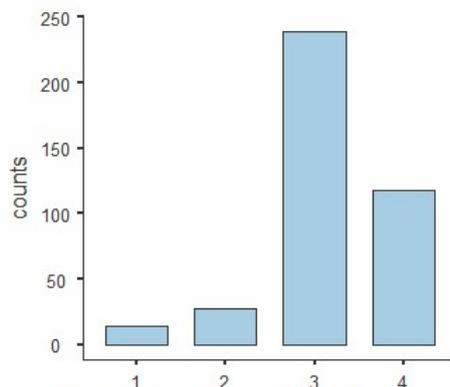


4- Disponibilidade de informações sobre a programação (PPA, LDO, LOA) e execução orçamentária (relatórios contábeis).

FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 4 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de informações sobre o programação (PPA, LDO, LOA) e a execução orçamentária (relatórios contábeis) apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em mais de 200 portais analisados, e menos de 50 portais apresentam escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente.

GRÁFICO 5 - PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO COMPRAS ELETRONICAMENTE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE LICITAÇÕES DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES

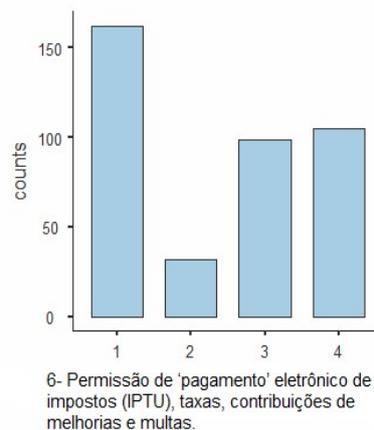


5- Publicação editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados de licitações.

FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 5 observa-se que a adesão da prática de publicação de editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados das licitações, apresenta predominância na escala 3, considera bom ou razoável, em 250 portais analisados, e menos de 50 portais apresentam escala 1 e 2, considerado uma situação inexistente ou precário.

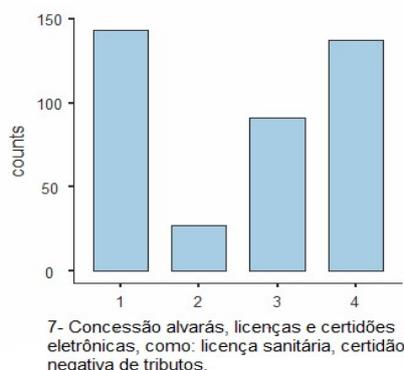
GRÁFICO 6 - PERMISSÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO DE IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E MULTAS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 6 observa-se que a adesão da prática de permissão de “pagamento” eletrônico de impostos, taxas, contribuições de melhorias e multas apresenta predominância na escala 1, considerado péssimo ou inexistente, em mais de 150 portais analisados, porém é possível perceber considerável homogeneidade na escala 3 e 4, respectivamente, razoável e ótimo que juntos somam mais de 200 portais, superior ao número de portais considerados péssimo ou um serviço inexistente.

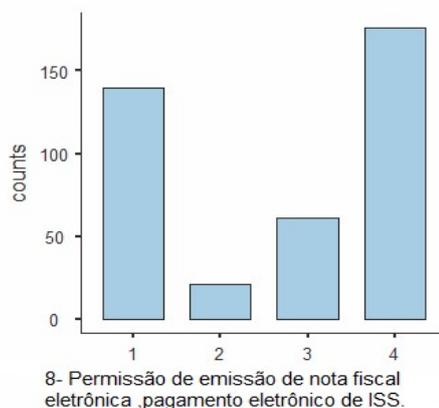
GRÁFICO 7 - CONCESSÃO DE ALVARÁS, LICENÇAS E CERTIDÕES ELETRONICAMENTE, COMO: LICENÇA SANITÁRIA E CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS NOS SÍTIOS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 7 observa-se que a adesão da prática de concessão alvarás, licenças e certidões eletrônicas apresenta dois extremos, na escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente, e na escala 4, considerado uma situação ótima, em quase 300 portais analisados.

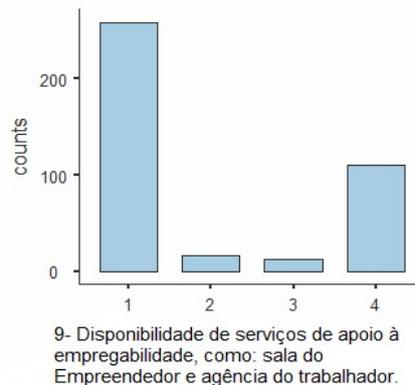
GRÁFICO 8 - PERMISSÃO DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 8 observa-se que a adesão da prática de permissão de emissão de nota fiscal eletrônica apresenta leve predominância na escala 4, considerado ótima, em mais de 150 portais analisados, porém quase 150 portais apresentam uma escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente .

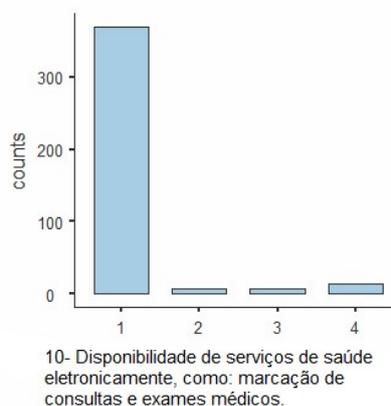
GRÁFICO 9 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO À EMPREGABILIDADE DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 9 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de apoio à empregabilidade apresenta predominância na escala 1, considerada péssimo ou inexistente em quase 250 portais analisados, enquanto apenas pouco mais de 100 portais apresentam escala 4, considerado uma situação ótima.

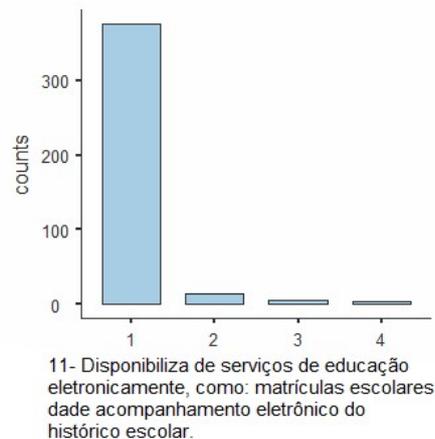
GRÁFICO 10 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE ELETRONICAMENTE DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 10 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de saúde eletronicamente apresenta predominância na escala 1, considerado péssimo ou inexistente, em mais de 350 portais analisados. As escalas 2, 3, 4 não representam 50 portais.

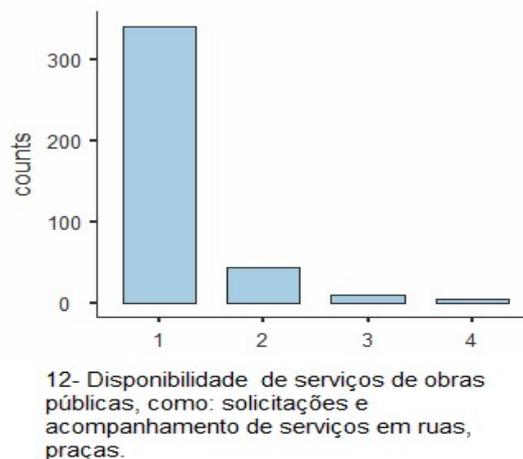
GRÁFICO 11 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 11 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de educação eletronicamente apresenta predominância da escala 1, considerado péssimo ou inexistente, em mais de 350 portais analisados. As escalas 2, 3, e 4 não representam 30 portais.

GRÁFICO 12 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 12 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de obras públicas apresenta predominância na escala 1, considerado péssimo ou inexistente, em mais de 300 portais analisados. As escalas 2, 3, e 4 não representam 50 portais.

Analisando o resultado apresentado por cada prática de governo eletrônico, é possível perceber que a prática 1, 2, 3, 4, e 8 apresentam resultado predominante na escala 4, considerada uma situação ótima, a prática 5 apresenta um resultado predominante na escala 3, considerada uma situação bom ou razoável, e a prática 6, 7, 9 apresentam um resultado com leve predominância na escala 1, considerado uma situação péssima ou precária. As práticas 10, 11 e 12 apresentam os piores resultados com forte concentração de resultados em situação péssima ou precária.

As práticas de disponibilidade de leis, códigos e regulamentos do Município (prática 1); Disponibilidade da estrutura e as funções da prefeitura (prática 2); Disponibilidade de informações sobre a programação e execução orçamentária (prática 4), representam a transparência que o governo eletrônico pode promover.(BRAGA et al., 2008; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006; RUEDIGER, 2002) e acesso a informações públicas. MELLO (2008).

As práticas de publicação de editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados das licitações (prática 5), permissão de 'pagamento' eletrônico de taxas, contribuição de melhorias e multas (prática 6), a concessão de alvarás, licenças e certidões eletrônica (prática 7), emissão de nota fiscal eletrônica (prática 8), representam a possibilidade que o governo eletrônico tem na capacidade de arrecadação tributária de forma eletrônica (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006; SANCHEZ, 2003) e também representam uma forma de serviços públicos prestados através de governo eletrônico (BRAGA et al., 2008; MELLO, 2009).

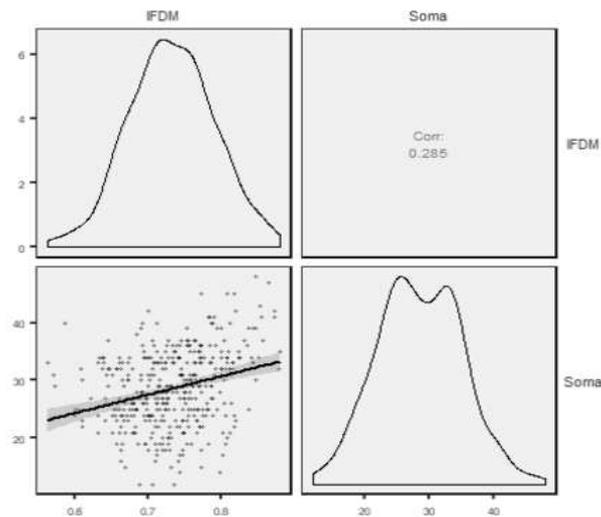
As práticas de disponibilidade de ouvidoria (prática 3), disponibilidade de apoio a empregabilidade (prática 9), disponibilidade de serviços de saúde (prática 10), disponibilidade de serviços de educação (prática 11), disponibilidade de serviços de obras (prática 12) representam a capacidade do governo eletrônico em transformar serviços públicos eletronicamente (BRAGA et al., 2008; MELLO; 2009) e ser potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento (RUEDIGER, 2002, p.30).

A prática de disponibilidade de informações sobre a programação (PPA, LOA, LDO) e execução orçamentária (relatórios contábeis) está também relacionada com a lei complementar 131 de 27 de Maio de 2009, que determinou a disponibilização em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira de todos os entes da federação, e que qualquer pessoa física ou jurídica podem ter acesso às informações sobre a receita e a despesa. A adesão desta prática apresentada pelo total dos municípios paranaenses foi considerada ótima em mais de 200 portais analisados, porém menos de 50 portais apresentam adesão considerada péssima ou inexistente, necessário adequação ao cumprimento da lei.

Além da exploração descritiva das métricas de e-Gov nos municípios do Paraná, foram realizados esforços no sentido de verificar a correlação entre as práticas de governo eletrônico com o índice de desenvolvimento socioeconômico (IFDM), variável econômica (VAB) receita orçamentária e população estimada. Ressaltando que a “soma” significa o total de pontuação obtida em cada prática de governo eletrônico, na escala de 1 a 4, nas 12 práticas. Foi utilizada a estatística inferencial para testar hipótese de correlação entre a soma e demais variáveis. O gráfico apresenta a correlação, a densidade das variáveis e o número do coeficiente de correlação.

O gráfico 13 apresenta a correlação entre a soma e o IFDM do total de municípios paranaenses.

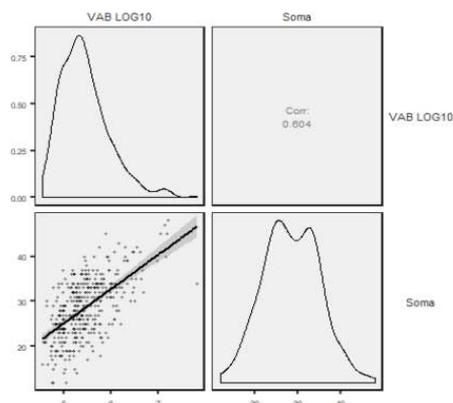
GRÁFICO 13 - CORRELAÇÃO ENTRE SOMA E O IFDM DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

Analisando a correlação entre as práticas de governo eletrônico, representado pela SOMA, e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, representado pelo IFDM, nota-se que a correlação foi positiva entre as duas variáveis mas relativamente fraca, apresentando $r=0,285$.

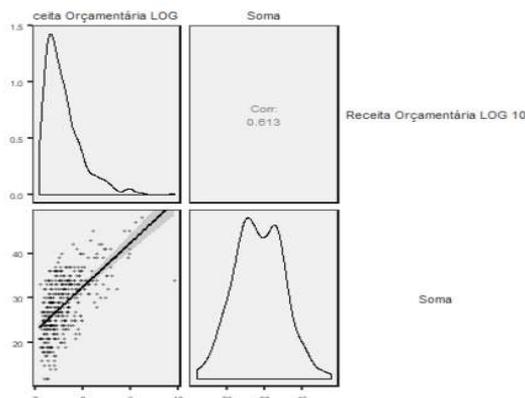
GRÁFICO 14 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O VAB DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

Analisando a correlação entre as práticas de governo eletrônico, representado pela SOMA e a variável econômica, representado pelo VAB, observa-se que a correlação entre as duas variáveis foi positiva moderada, resultando em $r=0,604$.

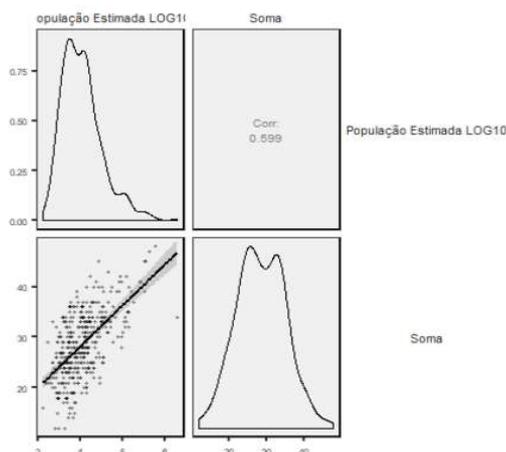
GRÁFICO 15 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

Analisando a correlação entre as práticas de governo eletrônico, representado pela a SOMA, e a receita orçamentária, observa-se que a correlação entre as duas variáveis foi positiva moderada, resultando em um $r=0,613$.

GRÁFICO 16 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E POPULAÇÃO ESTIMADA DO TOTAL DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

Analisando a correlação entre as práticas de governo eletrônico, representado pela SOMA, e número de população estimada, observa-se que a correlação foi positiva de moderada para forte, apresentando $r=0,599$.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ DE MÉDIO-GRANDE PORTE.

A pergunta de partida que orientou este trabalho consiste em verificar se as práticas de governo eletrônico nos municípios de médio-grande do Estado do Paraná apresentam correlação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), valor adicionado bruto (VAB), receita orçamentária e população estimada. Após a descrição e teste de hipótese de correlação referente ao total de municípios paranaenses, esta seção busca realizar a análise descritiva de cada variável referente ao estrato de municípios de médio-grande porte (n=36) e a respectiva comparação com os dados apresentados pelo total de municípios paranaenses. A tabela 2 apresenta a estatística descritiva de cada variável utilizada nesta segunda fase da pesquisa.

TABELA 2 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NA PESQUISA.

Descriptives					
	SOMA	IFDM	VAB	Receita Orçamentária	População Estimada
N	36	36	36	36	36
Missing	0	0	0	0	0
Mean	37.0	0.807	6.58e+6	6.44e+8	198119
Median	36.5	0.811	2.99e+6	2.91e+8	110821
Minimum	28	0.638	965835	1.10e+8	50198
Maximum	48	0.881	67876416	8.32e+9	1917185

FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

Na tabela 2 observa-se que o número total de registros para cada variável foi de 36, sendo 0 perdidos. Na soma total das práticas de governo eletrônico, o máximo da adesão das práticas foi de 48 e o mínimo de 28, com uma média de 36.5

Quanto ao IFDM, em 2018, o mínimo dos municípios paranaenses correspondia a 0,638, considerado uma categoria de situação regular de desenvolvimento, e o máximo foi de 0,881, considerado uma categoria de alto desenvolvimento, segundo a leitura do IFDM (2018).

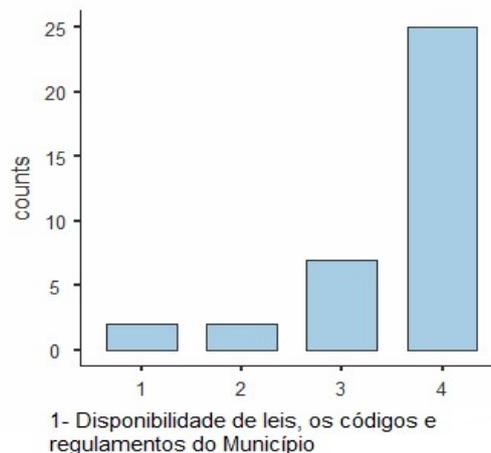
No VAB (em R\$ 1,00), o mínimo foi de 965.835, máximo de 67.876.416, com uma média de 6.577.303,58.

A receita orçamentária total (em 1,00), em números absolutos, resultou em exponencial, porém o mínimo foi de 109.908.965,00, máximo de 8.320.476.054,00, com uma média de 643.708.428,92

Em 2018, o município que apresentava maior população estimada era de 1.917.185 pessoas e o menor de 50.198 pessoas, sendo a média de população estimada de 110.821.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as práticas de governo eletrônico para, então, verificar sua correlação com o desenvolvimento econômico, dimensionado para fins desta pesquisa pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), pelo valor adicionado bruto (VAB), pela receita orçamentária; e pelo número da população estimada. A avaliação das práticas será representada por histogramas, em que o eixo horizontal representa a escala de 1 a 4 relativa à prática de governo eletrônico e o eixo vertical representa o número de portais visitados.

GRÁFICO 17 - DISPONIBILIDADE DE LEIS, CÓDIGOS E REGULAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE

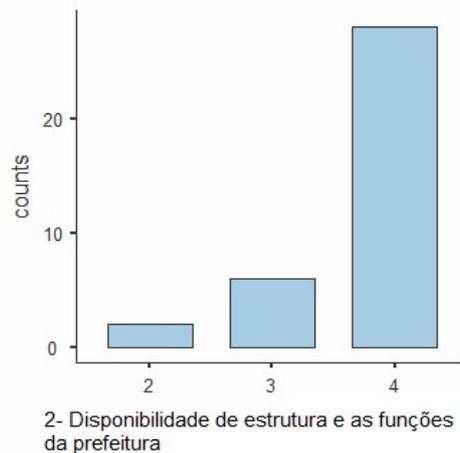


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 17 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de leis, códigos e regulamentos nos portais das prefeituras de médio-grande porte apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em 25 portais

analisados e menos de 10 portais apresentam escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina ambos os resultados.

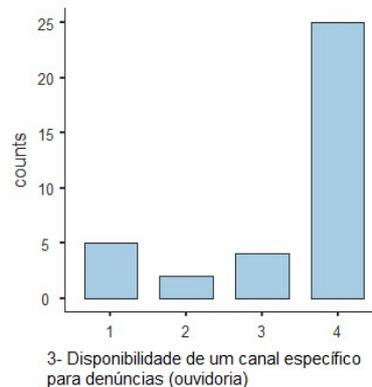
GRÁFICO 18 - DISPONIBILIDADE DE ESTRUTURA E A FUNÇÕES DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 18 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de informações sobre estrutura e as funções nos portais das prefeituras de médio-grande porte apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em mais de 20 portais analisados e menos de 10 portais foram considerados ruim ou precário. Nota-se também que nem um portal apresenta esta prática na escala 1, considerado uma situação péssima ou inexistente. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina ambos os resultados, e o que os diferenciam é o não surgimento da escala 1, considerado péssimo ou inexistente, no resultado das prefeituras de médio-grande porte.

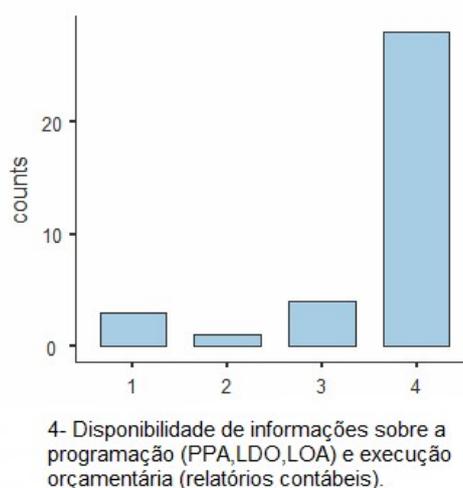
GRÁFICO 19 - DISPONIBILIDADE DE UM CANAL ESPECÍFICO PARA DENÚNCIAS (OUVIDORIA) DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 19 observa-se que a adesão da prática da disponibilidade de um canal específico para denúncias (ouvidoria) apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em 25 portais pesquisados e 5 portais foram considerados péssimo ou inexistente nesta prática. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 1 é menor mas que a predominância de escala continua sendo 4, considerada ótima.

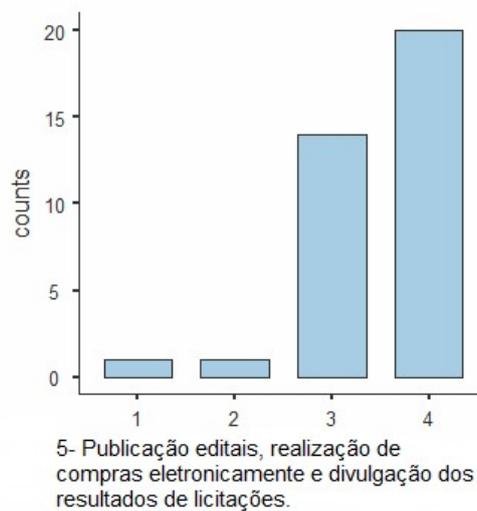
GRÁFICO 20 - DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMAÇÃO (PPA, LDO, LOA) E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RELATÓRIOS CONTÁBEIS) DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 20 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de informações sobre o programação (PPA, LDO, LOA) e a execução orçamentária (relatórios contábeis) apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em mais de 20 portais pesquisados e menos de 10 portais foram considerados péssimo, ruim ou razoável. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina ambos os resultados.

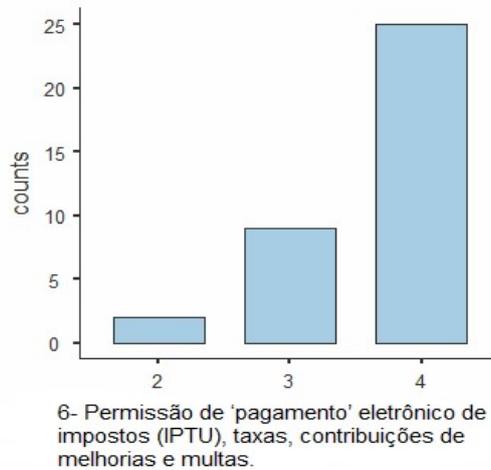
GRÁFICO 21 - PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, REALIZAÇÃO COMPRAS ELETRONICAMENTE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DE LICITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 21 observa-se que a adesão da prática de publicação de editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados das licitações, apresenta predominância da na escala 4, considerada ótima, em 20 portais pesquisados; 14 portais foram considerados bom ou razoável e apenas 2 portais foram considerados péssimo ou ruim. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina o resultado dos municípios de médio-grande porte, e que a escala 3 predomina o resultado apresentado pelo total dos municípios.

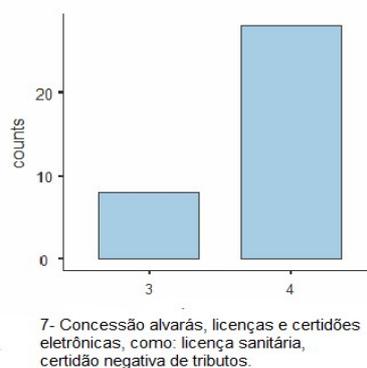
GRÁFICO 22 - PERMISSÃO DE PAGAMENTO ELETRÔNICO DE IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA E MULTAS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 22 observa-se que a adesão da prática de permissão de “pagamento” eletrônico de impostos, taxas, contribuições de melhorias e multas apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em 25 portais pesquisados e apenas 3 portais apresenta escala 2, considerado ruim ou precário. Nota-se também que nem um portal apresenta a escala 1, para péssimo ou ruim. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina o resultado dos municípios de médio-grande porte e que a escala 1 predomina o resultado apresentado pelo total de municípios paranaenses.

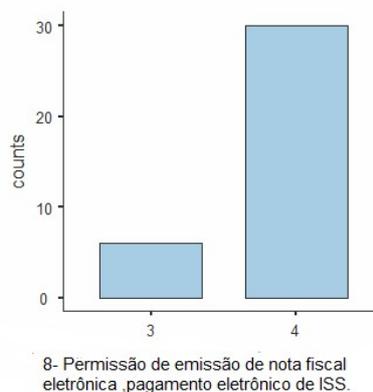
GRÁFICO 23 - CONCESSÃO DE ALVARÁS, LICENÇAS E CERTIDÕES ELETRONICAMENTE, COMO: LICENÇA SANITÁRIA E CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 23 observa-se que a adesão da prática de concessão de alvarás, licenças e certidões eletrônicas apresenta predominância da escala 4, considerada ótima, em mais de 20 portais pesquisados e menos de 10 portais foram considerados bom ou razoável para esta prática. Nota-se também que nem um portal apresenta escala 1 e 2, respectivamente, péssimo ou ruim. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina ambos os resultados, e o que os diferenciam é o não surgimento de mais de 150 portais que foram considerados péssimo ou inexistente e ruim ou precário.

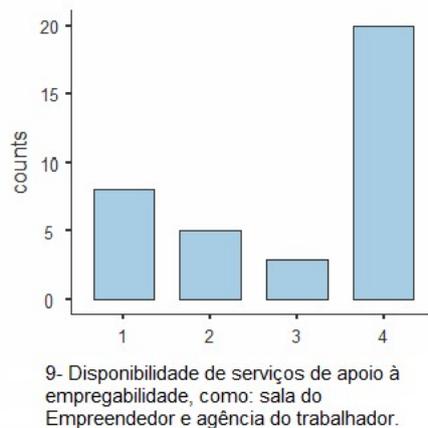
GRÁFICO 24 - PERMISSÃO DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA
MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 24 observa-se que a adesão da prática de permissão de emissão de nota fiscal eletrônica apresenta predominância na escala 4, considerado ótimo, em 30 portais pesquisados e menos de 10 portais foram considerados bom ou razoável. Nota-se também que nem um portal apresenta escala 1 e 2, considerado uma situação péssima ou ruim, respectivamente. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina ambos os resultados, e o que os diferenciam é o não surgimento de mais de 150 portais que foram considerados péssimo ou inexistente e ruim ou precário.

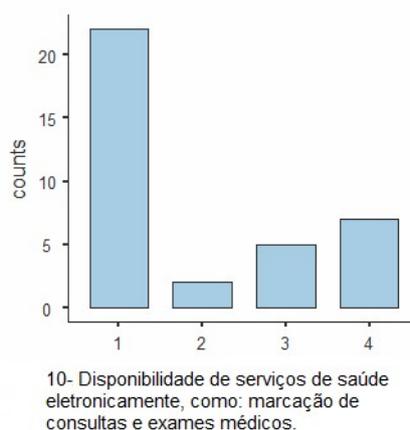
GRÁFICO 25 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE APOIO À EMPREGABILIDADE PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 25 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de apoio à empregabilidade apresenta predominância na escala 4, considerada ótima, em 20 portais analisados e menos de 10 portais são considerados péssimo ou ruim. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 4 predomina o resultado dos municípios de médio-grande porte enquanto a escala 1 predomina o resultado do total de municípios.

GRÁFICO 26 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE ELETRONICAMENTE NOS PORTAIS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE

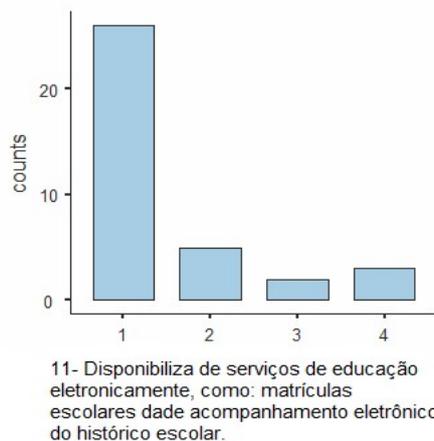


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 26 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de saúde eletronicamente apresenta predominância na escala 1, considerada péssima ou inexistente, em mais de 20 portais analisados, porém

observa-se também mais de 10 portais foram considerados bom e ótimo para esta prática. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 1 predomina em ambos os resultados, mas que as escalas 2, 3, e 4 aparecem mais com maior densidade no resultado apresentado pelos municípios de médio-grande porte.

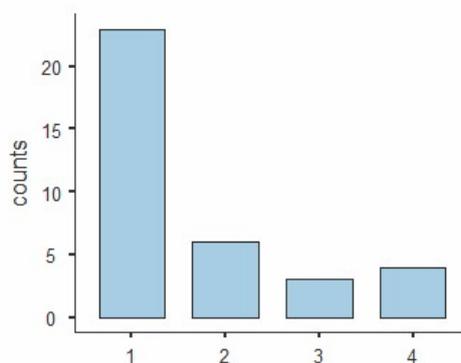
GRÁFICO 27 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ELETRONICAMENTE DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 27 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de educação eletronicamente apresenta predominância da escala 1 em mais de 20 portais analisados, porém nota-se também que menos de 10 portais foram considerados bom e ótimo para essa prática. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 1 predomina em ambos os resultados, mas que as escalas 2, 3, e 4 aparecem mais com maior densidade no resultado apresentado pelos municípios de médio-grande porte.

GRÁFICO 28 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE



12- Disponibilidade de serviços de obras públicas, como: solicitações e acompanhamento de serviços em ruas, praças.

FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 28 observa-se que a adesão da prática de disponibilidade de serviços de obras públicas apresenta predominância na escala 1 em mais de 20 portais analisados, porém observa-se também que menos de 10 portais foram considerados bom ou razoável para essa prática. Em comparação com o resultado apresentado pelo total dos municípios paranaenses, é possível perceber que a escala 1 predomina em ambos os resultados, mas que as escalas 2, 3, e 4 aparecem mais com maior densidade no resultado apresentado pelos municípios de médio-grande porte.

Analisando o resultado apresentado por cada prática de governo eletrônico é possível perceber que a partir da prática 1 até a 9, obteve-se resultado predominante na escala 4, considerada uma situação ótima, e da prática 10 até a 12 obteve-se um resultado predominante na escala 1, considerada uma situação péssima ou inexistente, porém com presença considerável da escala 2, 3 e 4 em comparação com o total de municípios paranaenses.

As práticas de disponibilidade de leis, códigos e regulamentos do Município (prática 1); Disponibilidade da estrutura e as funções da prefeitura (prática 2); Disponibilidade de informações sobre a programação e execução orçamentária (prática 4), representam a transparência que o governo eletrônico

pode promover (BRAGA et al., 2008; MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006; RUEDIGER, 2002) e acesso a informações públicas MELLO (2009).

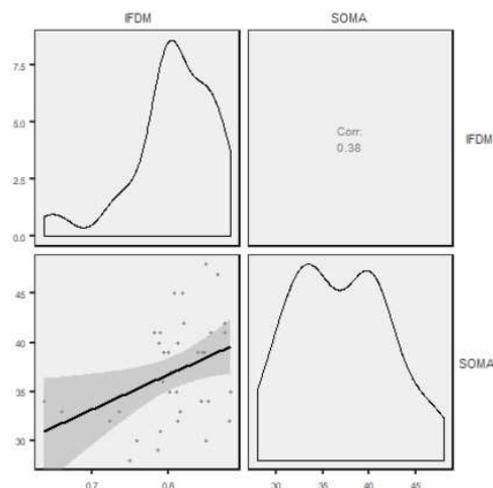
As práticas de publicação de editais, realização de compras eletronicamente e divulgação dos resultados das licitações (prática 5), permissão de 'pagamento' eletrônico de taxas, contribuição de melhorias e multas (prática 6), a concessão de alvarás, licenças e certidões eletrônica (prática 7), emissão de nota fiscal eletrônica (prática 8), representam a possibilidade que o governo eletrônico tem na capacidade de arrecadação tributária de forma eletrônica (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006; SANCHEZ, 2003) também representam uma forma de serviços públicos prestados através de governo eletrônico (BRAGA et al., 2008; MELLO, 2009).

As práticas de disponibilidade de ouvidoria (prática 3), disponibilidade de apoio à empregabilidade (prática 9), disponibilidade de serviços de saúde (prática 10), disponibilidade de serviços de educação (prática 11), disponibilidade de serviços de obras (prática 12) representam a capacidade do governo eletrônico em transformar serviços públicos eletronicamente (BRAGA et al., 2008; MELLO, 2009) e ser potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento (RUEDIGER, 2002, p.30).

A prática de disponibilidade de informações sobre a programação (PPA, LOA, LDO) e execução orçamentária (relatórios contábeis) está também relacionada com a lei complementar 131 de 27 de Maio de 2009, que determinou a disponibilização em tempo real das informações sobre a execução orçamentária e financeira de todos os entes da federação, e que qualquer pessoa física ou jurídica podem ter acesso às informações sobre a receita e a despesa. A adesão desta prática dos municípios de médio-grande porte foi considerada ótima em mais de 30 portais analisados, e menos de 5 portais apresentam adesão considerada péssima ou inexistente, necessário adequação ao cumprimento da lei.

O gráfico 29 apresenta o resultado teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico com o IFDM. No gráfico, é possível perceber a correlação, a densidade das variáveis e o número do coeficiente de correlação.

GRÁFICO 29 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O IFDM DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.

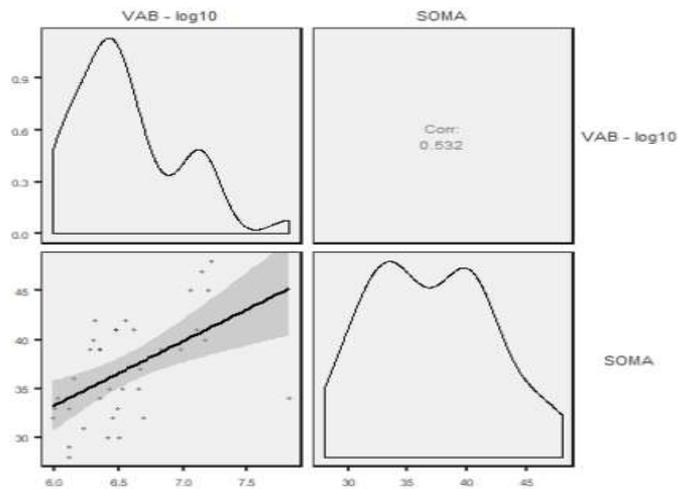


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 29 observa-se que a variável SOMA apresenta correlação positiva de 0,380 com variável IFDM. Comparando este resultado com Mello (2009) e Moura et al. (2011), verifica-se que ambos encontraram relação positiva entre as variáveis, apresentando resultado de 0,397 e 0,370 respectivamente. O total de municípios paranaenses apresentam um resultado de correlação mais baixa, de 0,285. Este resultado evidencia que municípios como mais desenvolvimento socioeconômico tendem a apresentar uma correlação um pouco mais elevada, embora fraca, com práticas de governo eletrônico.

O gráfico 30 apresenta o resultado teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico com o valor adicionado bruto (VAB).

GRÁFICO 30 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E O VAB DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.

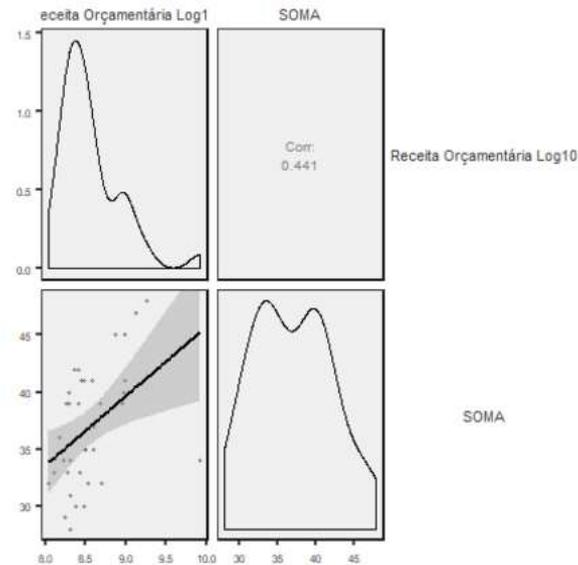


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 30 observa-se que a variável SOMA possui correlação positiva de 0,532 com variável VAB. Comparando este resultado com Mello (2009) e Moura et al. (2011), verifica-se que ambos encontraram relação positiva entre as variáveis, apresentando resultado de 0,730 e 0,615 respectivamente. O total de municípios paranaenses apresentam um resultado de correlação de 0,604. Este resultado evidencia que o vab econômico dos municípios de médio-grande porte apresenta correlação menor com as práticas de governo eletrônico, ao ser comparado o total de municípios.

O gráfico 31 apresenta o resultado teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico com a receita orçamentária.

GRÁFICO 31 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.

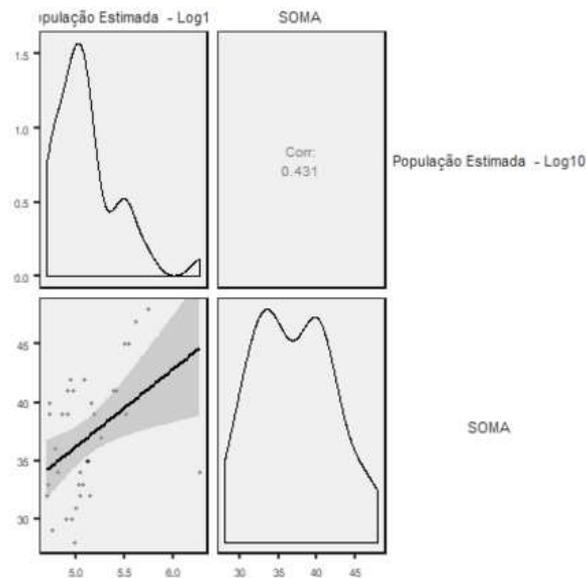


FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 31 observa-se que a variável IFDM apresenta correlação positiva de 0,441 com variável soma. Este resultado corrobora com Beuren, Moura e Kloeppel (2013), que apresentaram correlação positiva entre as variáveis de 0,55. O total dos municípios paranaenses apresentam uma correlação de 0,613. Este resultado evidencia que a receita orçamentária dos municípios de médio-grande porte apresenta correlação menor com as práticas de governo eletrônico, ao ser comparado o total de municípios.

O gráfico 32 apresenta o resultado teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico e população estimada

GRÁFICO 32 - CORRELAÇÃO ENTRE A SOMA E POPULAÇÃO ESTIMADA DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE.



FONTE: A autora, produzido no programa de Software Jamovi (2019).

No gráfico 32 observa-se que a variável população estimada apresenta correlação positiva de 0,431 com variável soma. Este resultado corrobora com Moura et al. (2011), que apresentou correlação positiva entre as variáveis de 0,516 e também evidência que municípios maio maior número de população estimada apresenta o maior número de práticas de governo eletrônico. O total de municípios paraenses apresenta correlação mais alta, de 0,59. Ou seja, novamente observamos que a correlação entre as práticas de governo eletrônico e a variável selecionada, no caso, população, é menor entre os municípios de médio-grande porte do que entre o total de municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro objetivo específico foi atingido ao identificar as práticas de governo eletrônico a partir da métrica adaptada de Mello (2009), onde foram identificadas 12 práticas cujo critério de avaliação nos portais foram de 1 a 4 para cada prática, resultando assim na variável denominada “soma”. O segundo objetivo específico foi atingido ao analisar a adesão das práticas de governo eletrônico, notando-se que as 9 práticas, 12 apresentaram predominância na maior nota, observados nos municípios de médio-grande porte, enquanto que no total dos municípios apenas 5 apresentaram maior nota. O terceiro objetivo foi atingido ao realizar teste de hipótese de correlação entre as práticas de governo eletrônico com o IFDM, VAB, receita orçamentária e população estimada, o resultado foi surpreendente ao analisar que os municípios de médio-grande porte apresentam correlação mais alta entre as práticas de governo eletrônico com o índice de desenvolvimento socioeconômico, em comparação ao total de municípios paranaenses. Porém o valor adicionado bruto, receita orçamentária e população estimada apresentaram correlação mais alta no total de municípios paraenses. Uma hipótese de a correlação ser maior entre o total de municípios paranaenses é que os municípios acima de cinquenta mil habitantes não representam necessariamente uma maior pontuação nas práticas de governo eletrônico, talvez porque os municípios de pequeno e médio porte apresentaram também uma boa relação com as variáveis desta pesquisa. E o terceiro e último objetivo específico ao atingido ao realizar a comparação ao longo da redação dos resultados.

Esta pesquisa teve como pergunta de partida identificar se as práticas por meio dos portais dos municípios de médio-grande porte do Estado do Paraná apresentam correlação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Valor Adicionado Bruto (VAB), receita orçamentária e população estimada, os resultados mostraram que existe correlação positiva entre a soma, que representa o total de pontuação que o município obteve em cada prática de governo eletrônico, com todas as variáveis. A correlação mais acentuada, embora moderada, foi apresentada pela soma e VAB (0,532),

seguido correlação moderado a baixa entre a soma e a receita orçamentária (0,441), soma e população estimada (0,431) e por último soma e IFDM (0,380), atingindo assim o objetivo geral desta pesquisa, que foi analisar as práticas de governo eletrônico e verificar sua correlação com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com a variável econômica valor adicionado bruto (VAB), com a receita orçamentária, e com a população estimada.

Estes resultados de correlação apontam que a capacidade de desenvolver as práticas de governo eletrônico está relacionada mais desenvolvimento econômico da região ao invés de socioeconômico. Esses resultados sugerem que os municípios de médio-grande porte destinam seus recursos de tecnologia da informação estejam prioritariamente para atender e impulsionar o desenvolvimento econômico, evidenciando um grande potencial de expansão dos recursos de governança eletrônica voltados aos serviços sociais.

Em comparação com os mesmos dados referentes ao total de municípios do Paraná, observa-se que os municípios de médio-grande porte apresentam correlação menos expressiva. Não conseguimos, por hora, explicar tal achado que contraria nossa expectativa inicial de que as correlações seriam mais intensas justamente nos municípios de maior porte.

O trabalho não esgota as investigações e indica que podem ser desenvolvidos novos esforços para explorar o governo eletrônico com as variáveis nos demais municípios brasileiros e realização de futuros trabalhos para acompanhar a adesão às práticas de governo eletrônico no estado do Paraná. Sugere que os municípios do Estado do Paraná utilizem os software público brasileiro que oferece diversos softwares livres e gratuitos que buscam gerar economia de recursos públicos e benefício para administração pública e para a sociedade, com programas que contemplam diversas categorias, desde a administração até o urbanismo.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Mari; MOURA, Geovanne Dias de; KLOEPPEL, Nilton Roberto. Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p.421-441, abr. 2013. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000200007. Acesso em: 15 de jun. 2019.

BRAGA, Lamartine Vieira; ALVES, Wellington Souza; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa; SANTOS, Rildo Ribeiro dos. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público, **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n.1, p. 05-21. Jan/Mar 2008. Disponível em:<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137>. Acesso em: 22 de set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 nov 2019.

BRASIL, lei complementar nº131, de 27 de Maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF de 28 de mai. de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso: 10 de nov. 2019.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Alvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, p.23-48, fev. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:<http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20->

%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em 21 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. 28 ed. Rio de Janeiro: Estudo e Pesquisa, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População** : estimada em 2018, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acessado em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Receita Municipais: receita orçamentária 2017, 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acessado em: 15 abr. 2019.

JAMOVI, versão 1.0.5.0, 2019.

MARÇAL, Julia Dambrós; FREITAS, Riva Sobrado de. A implantação do governo eletrônico como meio de fortalecer o desenvolvimento dos estados: um estudo realizado à luz da teoria de Amartya Sen e da sociedade da informação. **Unoesc International Legal Seminar**, Santa Catarina, v. 3, n. 1, p.111-128, nov. 2014. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/uils/article/view/4285>. Acesso em: 27 fev. 2019.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. A Institucionalização do Governo Eletrônico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 4, p.66-78, dez. 2006. Disponível em:<https://rae.fgv.br/rae/vol46-num4-2006/institucionalizacao-governo-eletronico-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2019.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. Estudo das práticas de governança eletrônica: **instrumento para a tomada de decisões na gestão dos Estados Brasileiros**. 2009. 197f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em:https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15102009-102145/publico/TESE_Gilmar_Ribeiro.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

MOURA, Geovanne Dias de., DALLABONA, Lara Fabiana; FRANK, Odir Luiz; SANTOS, Paulo Sérgio Almeida; VARELA, Patrícia Siqueira Varela. Análise das práticas de governança eletrônica de municípios do Estado de Santa Catarina, **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, Santa Catarina v. 20, n. 1, p. 84-106, jul./dez. 2011. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnADI138.pdf> Acesso em: 17 jan. 2019.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico e democracia – uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.9, n.25, p.29-43, dez. 2002. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302002000300004. Acesso em: 29 out. 2019.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. **O GOVERNO ELETRÔNICO NO ESTADO DE SÃO PAULO**. 6. ed. São Paulo: Fundação Ford, 2003. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/DIDATI7-GOV%20ELETR.pdf. Acesso em: 8 out. 2019.

APÊNDICE 1

**PONTUAÇÃO DE CADA PRÁTICA DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS MUNICÍPIOS DE
MÉDIO-GRANDE PORTE DO ESTADO DO PARANÁ**

ID_MUN	NOME_MUN	1 Disponibiliza as LEIS, os códigos e regulame	2. Disponibiliza e as funções c	3. Disponibiliza um para denúncias	4. Disponibiliza (PPA, LDO, LOA) execução orçam
4	Almirante Tamandaré	4	3	4	4
18	Apucarana	3	3	4	4
19	Arapongas	4	4	4	4
23	Araucária	4	4	4	4
53	Cambé	1	4	4	1
60	Campo Largo	3	4	4	4
62	Campo Mourão	4	4	4	4
70	Cascavel	4	4	4	4
71	Castro	4	4	4	4
77	Cianorte	4	4	3	4
80	Colombo	4	4	4	4
95	Curitiba	3	4	4	3
111	Fazenda Rio Grande	3	4	1	4
121	Foz do Iguaçu	4	4	4	4
124	Francisco Beltrão	3	2	4	4
137	Guarapuava	4	4	4	4
143	Ibiporã	4	4	4	4
155	Irati	2	4	4	4
193	Londrina	4	4	4	4
205	Marechal Cândido Rondon	4	4	4	4
211	Maringá	4	4	4	4
249	Palmas	4	3	1	3
255	Paranaguá	4	4	4	4
257	Paranavaí	4	4	4	4
259	Pato Branco	4	4	4	4
267	Pinhais	3	3	4	4
272	Piraquara	4	4	1	4
277	Ponta Grossa	4	4	4	4
288	Prudentópolis	4	4	3	2
313	Rolândia	4	3	1	4
352	São José dos Pinhais	4	4	4	4
362	Sarandi	2	4	2	1
375	Telemaco Borba	1	4	4	4
381	Toledo	4	4	3	3
389	Umuarama	3	3	2	1
390	União da Vitória	4	2	3	3

5. Publica editais e divulga os resultados	6. Permite o acesso a taxas, contribuições e emolumentos	7. Concede a emissão de certidões e alvarás, licenças e autorizações	8. Permite o acesso a informações de pagamento de tributos e taxas	9. Disponibiliza o acesso a informações de EMPREGABILIDADE (Sala do Empreendedor, Trabalhador etc)	10. Disponibiliza o acesso a informações de marcação de serviços	11. Disponibiliza o acesso a informações de matrículas e acompanhamento de processos	12. Disponibiliza o acesso a informações eletronicamente (sem acompanhamento de processos)
4	4	4	4	4	1	2	1
4	3	3	4	4	1	1	1
4	4	4	4	4	1	1	4
4	4	4	4	1	3	2	2
4	4	4	4	4	1	1	1
3	3	4	4	1	1	1	3
4	4	4	4	1	3	3	2
3	4	4	4	3	2	2	1
4	4	4	4	1	3	2	1
4	4	4	4	4	1	1	2
4	4	4	4	4	3	1	1
4	2	4	4	3	1	1	1
3	2	3	3	4	2	1	1
3	4	4	4	4	4	1	1
3	3	3	4	1	1	1	1
4	4	4	4	2	1	1	1
4	4	4	4	4	1	1	2
4	4	4	3	4	1	1	1
4	4	4	4	4	4	4	4
3	4	4	4	2	4	1	1
4	4	4	4	4	4	3	4
2	3	3	3	4	1	1	4
3	3	3	4	4	3	1	2
4	4	4	4	4	4	1	1
3	4	4	4	4	1	4	1
3	4	4	4	3	1	1	1
4	4	4	4	2	1	1	1
4	4	4	4	4	4	2	3
3	3	4	3	4	1	1	1
3	4	4	4	4	1	1	1
4	4	4	4	2	4	4	3
4	4	4	3	1	1	1	1
3	3	3	4	1	1	1	1
3	3	3	4	2	1	1	1
4	4	4	3	4	1	1	2
3	3	3	4	1	1	1	1

ANEXO 1

MUNICÍPIOS DE MÉDIO-GRANDE PORTE E RESPECTIVAS
POPULAÇÕES

ID_MUN	NOME_MUN	População Estimada	PORTE
4	Almirante Tamandaré	117188	MEDGRD
18	Apucarana	133728	MEDGRD
19	Arapongas	121198	MEDGRD
23	Araucária	141410	MEDGRD
53	Cambé	105704	MEDGRD
60	Campo Largo	130091	MEDGRD
62	Campo Mourão	94212	MEDGRD
70	Cascavel	324478	MEDGRD
71	Castro	71151	MEDGRD
77	Cianorte	81393	MEDGRD
80	Colombo	240840	MEDGRD
95	Curitiba	1917185	MEDGRD
111	Fazenda Rio Grande	98388	MEDGRD
121	Foz do Iguaçu	258823	MEDGRD
124	Francisco Beltrão	89942	MEDGRD
137	Guarapuava	180334	MEDGRD
143	Ibiporã	53970	MEDGRD
155	Irati	60357	MEDGRD
193	Londrina	563943	MEDGRD
205	Marechal Cândido Rondon	52379	MEDGRD
211	Maringá	417010	MEDGRD
249	Palmas	50198	MEDGRD
255	Paranaguá	153686	MEDGRD
257	Paranavaí	87813	MEDGRD
259	Pato Branco	81893	MEDGRD
267	Pinhais	130789	MEDGRD
272	Piraquara	111052	MEDGRD
277	Ponta Grossa	348043	MEDGRD
288	Prudentópolis	51981	MEDGRD
313	Rolândia	65757	MEDGRD
352	São José dos Pinhais	317478	MEDGRD
362	Sarandi	95543	MEDGRD
375	Telêmaco Borba	78135	MEDGRD
381	Toledo	138572	MEDGRD
389	Umuarama	110590	MEDGRD
390	União da Vitória	57111	MEDGRD

ANEXO 2

**DADOS COLETADOS SOBRE O IFDM, VAB, RECEITA
ORÇAMENTÁRIA E POPULAÇÃO ESTIMADA NOS MUNICÍPIOS DE
MÉDIO-PORTE DO ESTADO DO PARANÁ**

ID_MUN	NOME_MUN	População Estimada	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	VAB	IFDM
4	Almirante Tamandaré	117168	185982901	1284281	6608
18	Apucarana	133726	310691200	2672043	8806
19	Arapongas	121198	251616150	3579951	82
23	Araucária	141410	919231209	14719087	7875
53	Cambé	105704	262655677	3076632	8153
60	Campo Largo	130091	309814662	3334447	8009
62	Campo Mourão	94212	304811309	3007793	8555
70	Cascavel	324476	901755375	9503711	8442
71	Castro	71151	192054949	2261841	7999
77	Cianorte	81393	261206288	2252320	8377
80	Colombo	240840	377301715	4130515	7821
95	Curitiba	1917185	8320476054	67876416	8514
111	Fazenda Rio Grande	98368	201325160	1680145	7899
121	Foz do Iguaçu	258823	955431728	12685744	7899
124	Francisco Beltrão	89942	303503776	2551611	8486
137	Guarapuava	180334	385975065	4619809	8033
143	Ibiporã	53970	192835604	1983035	8118
155	Iratí	60357	150948540	1402367	7917
193	Londrina	563943	1774233833	16449187	8483
205	Marechal Cândido Rondon	52379	177240308	1855389	848
211	Maringá	417010	1306211748	14139453	8646
249	Palmas	50198	109908965	965635	723
255	Paranaguá	153666	474503818	6798517	7942
257	Paranavaí	87813	224288007	2023284	8739
259	Pato Branco	81893	277721769	2965009	8737
267	Pinhais	130789	395872346	4455415	8108
272	Piraquara	111052	199407593	1039994	6376
277	Ponta Grossa	348043	747270816	11336275	819
288	Prudentópolis	51961	128801308	984960	7352
313	Rolândia	65757	167940384	2206470	8427
352	São José dos Pinhais	317476	955244064	15477721	8074
362	Sarandi	95543	200317228	1295620	7488
375	Telemaco Borba	78135	235951621	3161192	7591
381	Toledo	138572	500919308	4878254	8786
389	Umuarama	110590	337496332	2846374	8124
390	União da Vitória	67111	172556631	1282332	786